

ATORES SOCIAIS: FUTUROS EXILADOS DO PLANETA?

Jaceny Reynaud¹

“É preciso transformar a maneira de conduzir a sociedade e o conceito de que o benefício financeiro deve ser conseguido a qualquer custo. Temos que mudar o sistema de valores e as regras do livre comércio. Dignidade humana e sustentabilidade são a base da nova sociedade civil que está emergindo.”

Fritjof Capra

RESUMO

A abordagem que se pretende dar ao presente artigo é a de que os atores sociais, neste início do novo milênio, necessitam repensar os fundamentos civilizacionais e espiritualistas da crise pela qual passa o Planeta Terra. A característica mais premente deste momento é justamente a instalação persistente, angustiante, de dúvidas à respeito do assunto e da falta de respostas para as mesmas. Lutar por utopias? Será utopia lutar por uma democracia ecológico-social? Deve o indivíduo buscar a criação de uma nova espiritualidade e a reconciliação com o Cosmos? Devem-se buscar novas possibilidades de re-encantar o Planeta, e com isso re-encantar o olhar do ator social, convocando-o a uma mudança de consciência, a um repensar de quem é ele e qual o seu lugar no Cosmos? De que maneira o indivíduo deve e pode fazer isto? São perguntas que estarão presentes durante a elaboração deste artigo que tem como objetivo, a tentativa na busca de soluções e respostas para as questões acima formuladas sobre o Planeta Terra.

Palavras-chave: planeta Terra, conscientização, ecologia, holístico, movimentos ambientalistas.

ABSTRACT

The approach we intend to give to the present article, is that the social actors, at the beginning of millennium, need to rethink the civilizational and spiritual foundations of the crisis which the Planet Earth passes. The more urgent feature of the present historical moment, is exactly the persistent, distressing installation, of doubts and of the lack of answer for them. Fighting for utopias? Would fighting for ecological -social democracy be an utopia? Does the individual owe to look for the creation of a new spirituality and reconciliation with it the Cosmos? Must we look for new possibilities to reenchant the Planet, and with that re-enchanting the social actor's glance, then being

¹ **Jaceny Maria Reynaud** é mestre em Engenharia de Produção e Sistemas / CTC / Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, é professora da FASB e coordenadora de extensão do Núcleo de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da FASB.

requested to a change of conscience, to a rethink of who is the Planet and what its place in the Cosmos? How must the individuals do this and how can we do this? These are questions that will be present during the elaboration of this article, and that have as only objective, the attempt of search for solutions and answers for the questions above formulated, or at least, to make us think on the current events that are happening in the Planet called Earth.

Key Words: planet Earth, awareness, ecology, holistic, environmental movements.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, pode-se afirmar que o imenso poder detido pela ciência – através do próprio Homem – torna-se capaz de subjugar a ambos, ou seja, o indivíduo e a natureza (ARENDR, 1994).

A questão relevante é a busca de uma maneira ambientalmente coerente de habitar-mos com qualidade de vida esse Planeta. Essa variável encontra-se contextualizada nas mutações técnico-científicas que envolvem a modernidade. Em contrapartida, dessas mudanças engendram-se fenômenos de desequilíbrios ecológicos, além do considerável crescimento demográfico presente, e que se não forem tomadas atitudes emergenciais e conciliadoras, ameaçam a continuação da vida em sua superfície.

O presente trabalho aborda novas tentativas e a busca pelos atores sociais, de correntes ambientalistas - seja na forma de pensar, sentir, viver, avaliar e de portar-se frente ao fragmentado Planeta onde habita - sob um novo olhar. Olhar este, que pode ser legitimado como “holístico” e onde o indivíduo “tenta” interagir com liberdade, proximidade e, principalmente, com maior sensibilidade frente à Natureza.

Esta busca de um novo modelo de vida - diferente do estilo presente, que envolve questões então consideradas primordiais, seja de ordem sócio-econômica-política (que pode ser traduzida em estresse, depressão, desemprego, problemas financeiros, marginalidade opressiva, solidão, ociosidade) traz introjetado um objetivo único: melhoria da qualidade de vida para o indivíduo. Este está intrinsecamente ligado à esperança de um funcionamento perfeito do Planeta e onde ele possa encontrar subsídios sustentáveis para sua sobrevivência e para as gerações futuras (que pode vir acompanhado de criatividade, cultura, pesquisa, da reinvenção do meio ambiente, solidariedade, sensibilidade).

Faz parte de suas aspirações, a construção de uma sociedade democrática, integrada, justa, solidária, em paz e feliz. O indivíduo quer e precisa ter bem estar no local onde vive. Não um bem estar efêmero, materialista, mas uma felicidade consciente, à custa da vivência, da experimentação, sentindo segurança. O indivíduo deve ter a certeza de que o Planeta Terra não desaparecerá no amanhã, sob riscos de: proliferação e acidentes nucleares, aquecimento global, destruição da camada de ozônio, perda da biodiversidade, poluição mundial, do ar e das águas, perda do solo e desertificação, acidentes

com transporte de resíduos tóxicos, pressões migratórias produzidas pela explosão demográfica, intensificação da depleção dos recursos naturais, além do aumento da taxa de mortalidade entre as populações dos países mais pobres, devido à fome e pestes.

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS

Historicamente, o indivíduo faz parte da natureza, como agente ambiental – semelhante aos outros animais – principalmente quando iniciou a produção de seus alimentos, criando uma relação dependente, em prol de sua sobrevivência.

Já na época da Primeira Revolução Industrial, o mesmo passou a ser fator de considerável importância nas transformações sobre a Terra, pois com a invenção da máquina, a exploração dos recursos naturais só tendeu a aumentar. Esta Revolução elevou o crescimento, em mais de 100 (cem) vezes, a produtividade da mão-de-obra. Na época, a relativa escassez de indivíduos limitava o progresso da exploração dos recursos aparentemente infindáveis da natureza. Sendo que, esta lógica ainda perdura, mas atualmente o padrão de escassez mudou: têm-se abundância populacional e conseqüentemente de mão-de-obra e escassez de recursos naturais.

Numa retrospectiva histórica - cronológica, do Movimento Ambientalista, observa-se que a partir da década de 50, iniciou-se um processo perceptivo mais sério dos indivíduos – principalmente nos meios acadêmicos – sobre questões ambientais e de sua inerente ligação à perpetuação da vida sobre o Planeta, sendo desta década a idéia de *Ecosistema e Teoria Geral dos Sistemas*.

Já, a partir de 1960, ocorreu, então, o despertar do que se denominou *consciência ecológica*, que também pode ser encarada como uma *revolução ambientalista*; de modo que, isso levou forçosamente os indivíduos a darem início a uma mudança universal e profunda nos seus valores, e transformarem a sua percepção acerca do mundo a que pertencem.

Esta década foi marcada pelo conflito de interesses entre desenvolvimentistas (visavam incrementar economicamente a atividade humana) e preservacionistas (buscavam restringir tal atividade); no entanto, a noção de *meio ambiente como fator restritivo, deu lugar à noção de meio ambiente como parceiro*. Com o aparecimento de diversos grupos ambientalistas e de Organizações Não-Governamentais (ONG's), as questões ambientais consolidaram-se e projetaram-se sobre a opinião pública mundial.

Na década de 70, o ambientalismo não-governamental apareceu totalmente institucionalizado nas sociedades européia e americana, culminando com a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como *Conferência de Estocolmo / Suécia*, realizada em 1972. Esta foi um marco histórico na política internacional, onde se iniciou o envolvimento do sistema político (governos e partidos) com o assunto, reunindo representantes de diferentes governos, para discussão da necessidade de controlar os fatores que vinham causando degradação ecológica. Nesta Primeira

Conferência, ficou estabelecido também, o *Plano de Ação Mundial para o Meio Ambiente*, com destaque para o *Programa Internacional de Educação Ambiental*.

Na década de 80, como resultado das discussões que ocorreram durante a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento ou Conferência de Estocolmo (1972), foi produzido pela Comissão Brundtland (1983) e publicado em 1987, o *Relatório Nosso Futuro Comum*, apresentando pela primeira vez o que se conceituou de *Desenvolvimento Sustentável*, ou seja, “(...) aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”. (CMMAD, 1998, p.46). Conseqüentemente, nessa década, os Partidos Verdes tornaram-se mais expressivos e a maioria das democracias ocidentais, já estavam em fase de institucionalização das questões ambientais.

Após a divulgação do *Relatório Nosso Futuro Comum*, as Organizações das Nações Unidas - ONU realizaram a ECO-92 ou RIO-92, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, que teve como objetivo de maior relevância discutir propostas do Relatório acima mencionado, além de comemorar os 20 (vinte) anos da Conferência de Estocolmo, Suécia.

Observa-se que, nas décadas de 1970 e 1980, os desastres ambientais – com conseqüências em níveis mundiais – de Seveso, Bhopal, Chernobyl, Basel, Valdez, entre outros, provocaram um dramático crescimento da conscientização ambiental em toda a Europa. É de relevância lembrar que os danos ambientais causados pelas catástrofes, que ocupam a mídia recentemente, são considerados pequenos, quando comparados aos danos cumulativos que, em sua maioria passam despercebidos – e que são provocados por grande número de poluentes menores – sendo que, a maioria deles está legitimado pelos seus países de origem.

Na década de 90, institui-se o DIA DA TERRA, reunindo milhões de pessoas em redor do mundo, como símbolo dos esforços para “salvar o Planeta” e chegando-se ao consenso de que, a década de 90 seria a *Década do Meio Ambiente*. Das discussões que se estabeleceram na ECO-92, elaboraram-se documentos considerados relevantes como a *Carta da Terra ou Declaração do Rio 92 e a Agenda 21*, pela sua representatividade junto aos vários países participantes. Esta década veio imbuída de um ambientalismo projetado sobre as realidades locais e globais, abrangendo os principais espaços da Sociedade Civil, do Estado e do Mercado e constituindo-se, ainda, em um processo de maior cooperação solidária entre nações e indivíduos.

Após a ECO-92 realizou-se a RIO + 5, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, que foi uma revisão independente com relação aos 05 (cinco) anos subseqüentes, na concentração de esforços para implementação dos prováveis resultados da ECO-92. Esse encontro teve sua iniciativa lançada por Organizações Não-Governamentais, tendo à sua frente o Conselho da Terra – entidade que tem na presidência Maurice Strong (canadense, que secretariou tanto a ECO-92, quanto a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e

Desenvolvimento ou Conferência de Estocolmo, em 1972). Nessa revisão foi retirada a necessidade dos países envolvidos tentarem, emergencialmente, implantar as diretrizes que norteiam o *Desenvolvimento Sustentável*. A reunião da RIO + 5 incluiu a participação da Sociedade Civil como um todo, Setores Públicos e Privados, além dos Conselhos Nacionais de Desenvolvimento Sustentável ou Similares.

De 26 de agosto a 04 de setembro de 2002, ocorreu a RIO +10 – Conferência das Organizações das Nações Unidas, ONU, em Johannesburgo, África do Sul – onde mais uma vez, se debateu sobre a implantação do *Desenvolvimento Sustentável*, em nível global. Uma das problemáticas mais acentuadas do evento, foi a dificuldade de convencimento na participação maciça de todos os países para com o assunto. Observou-se, principalmente, com relação aos países reativos a assinaturas de determinados protocolos, como os países potencialmente ricos, que, estes, não querem adotar compromisso rígido contra a degradação ambiental e a pobreza. Entre estes compromissos figuram a destinação (acordada durante a ECO-92), de 0,7% de seu PIB para auxílio do desenvolvimento como um todo, em países que dele necessitam.

A idéia central é ampliar o acesso dos indivíduos ao saneamento básico, reduzir as agressões à biodiversidade e incentivar o uso de fontes renováveis de energia. Mesmo assim, o *Plano de Ação*, aprovado por líderes de 189 países reunidos na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, deixou grande parte dos participantes insatisfeitos. Isso porque o documento final está sendo considerado apenas “... *uma simpática carta de boas intenções...*”, segundo definição de Rubens Harry Born, da ONG Vitae Civilis e representante do Fórum Brasileiro de Organizações Não-Governamentais nas negociações.

Mesmo assim, restaram boas notícias, como, a adesão do Canadá e Rússia ao *Protocolo de Kyoto, Japão*. Nele, as negociações entre os países envolvidos têm o comprometimento de reduzir as emissões dos gases que causam o *efeito estufa*.

Em análise final, parte-se do pressuposto de que existem pelo menos três tópicos relevantes, naquilo que se espera na melhoria da qualidade de vida do indivíduo: *segurança alimentar e desenvolvimento rural, urbanização e menos poluição*, além de garantia nos itens básicos (saúde, educação, moradia, emprego, segurança e saneamento básico), tendo como consequência, a melhoria geral dos padrões de vida das populações pobres do planeta.

Uma observação interessante que se pode fazer, no entanto, é que essas populações costumam ser as mais atingidas pela degradação ambiental e as que têm menos condições de proteger-se; por outro lado, essas mesmas populações são responsabilizadas por parte dos danos causados ao meio ambiente, isso tendo como justificativa, sua necessidade de sobrevivência premente, além da ignorância relacionada à manutenção dos recursos naturais.

Entretanto, é animador saber que a conscientização dos problemas ambientais está provocando muitos países, principalmente os mais desenvolvidos, a iniciarem a disseminação das idéias e recursos

financeiros para a melhoria da qualidade de vida do planeta.

Deve-se reconhecer que os problemas ambientais e ecológicos do mundo são problemas sistêmicos, interligados e interdependentes, que exigem mudanças de valores, passando da expansão para a conservação, da quantidade para a qualidade, da dominação para a parceria. Essa forma de repensar o conjunto de sistema de valores constitui o que se pode denominar de *paradigma holístico*, ou seja, *visão do mundo como um todo integrado*, e não como um conjunto de partes dissociadas.

O ambientalismo superficial aceita o paradigma mecanicista dominante, é antropocêntrico e atribui apenas *valor de uso* aos recursos naturais; tende a aceitar, por omissão, a ideologia do crescimento econômico a qualquer custo ou endossá-lo abertamente. Atualmente, manifesta-se na denominada *lavagem verde*, onde as organizações provocam *mudanças ambientais maquiadas*, com objetivos escusos no que tange às relações públicas, aplicando recursos em publicidade e promoção de *imagem verde*. No entanto não elaboraram mudanças reais nos processos que englobam sua linha de produção, instalações e condições de desenvolvimento de sua infra-estrutura, para melhor atender as condições de trabalho de seus colaboradores internos e externos. Ou seja, não implantam com seriedade as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT. Entre estas estão a ISO 9000, ISO 14000, OHST 18000, SA 8000, AS 1000, entre outras que estão sendo elaboradas rotineiramente, como uma forma de proteção ao indivíduo e ao planeta.

Já quando se trata da *Ecologia Profunda*, esta envolve *mudança de visão responsável com relação ao mundo*, reconhecendo o valor intrínseco de todos os seres vivos. Encara o *indivíduo* simplesmente como um determinado *fio da teia da vida*, substituindo a ideologia do crescimento econômico pela idéia da *sustentabilidade ecológica*, ou seja, as organizações podem optar em produzir e receber ou não embalagens para seus produtos, podem traçar estratégias em pesquisas para desenvolver substitutos, adotar outros produtos e práticas, além de investirem na busca de solução para quaisquer conflitos ambientais em que estejam envolvidas.

Outro fator importante existente na atualidade é que há um crescimento expressivo de profissionais: pesquisadores, cientistas, escritores, autores, enfim, indivíduos que se envolvem e contextualizam as práticas ambientais e que estão presentes na mídia, tornando-se formadores de opinião. Isso pode ocorrer seja através da criação de novas filosofias de vida, como por exemplo, a Antroposofia (Sabedoria do Homem), de livros, filmes, organização de programas de debates, textos em revistas de circulação mundial, entre outros.

Esses atores sociais buscam chamar a atenção globalmente e têm poder de argumentação junto às populações, numa tentativa de sensibilização de que o Meio Ambiente e os Recursos Naturais estão fragilizados, são finitos e que necessitam de cuidados especiais, para que possam interagir da melhor forma possível com o indivíduo.

CONCLUSÃO

Construção de uma sociedade democrática, integrada, justa e solidária, são itens considerados necessários para que haja qualidade de vida para os indivíduos.

E por conta disso, há perguntas que devem ser formuladas, antes de qualquer tomada de decisão, como por exemplo:

Para que o indivíduo possa ser possuidor do tipo de sociedade que almeja, como deverá agir? Combinando os sonhos futuros com a razão, a utopia com a técnica, a imaginação com a lógica?

Incentivar a participação popular nos movimentos ambientalistas, enquanto os indivíduos, em sua grande maioria, não tem esclarecimento suficiente nem para separar o lixo doméstico para a reciclagem?

Tentar o entendimento das populações pobres de que muitos alimentos estão contaminados com agrotóxicos, se muitos indivíduos, nem alimentação têm no seu cotidiano?

Então, como fica o processo de globalização em face ao crescimento da pobreza em nível planetário?

- O mito do Mercado passa pela Modernidade, Pós-Modernidade e / ou Globalização?

- *O que está ocorrendo afinal?* É a pergunta, que todos nós fazemos.

O ecodesenvolvimento pode vir a ser uma alternativa para promoção do bem-estar do indivíduo e valorização dos recursos naturais, dentro de uma visão sistêmica Meio Ambiente/Indivíduo/Natureza, onde projetos de desenvolvimento possam ser promotores de melhoria da qualidade de vida humana e compromissados com o Meio Ambiente.

O crescimento deve estar imbuído de uma melhor distribuição de renda, uma gestão responsável dos ecossistemas e o uso racional dos recursos naturais.

Deve haver, ainda, discussões em torno do que é o *Sujeito Ecológico* e de que critérios o mesmo deve ser possuidor. Quanto ao conceito de *Desenvolvimento Sustentável*, apesar de ser um conceito elaborado, há duas décadas, para “dar conta” das necessidades por que passa o Planeta e garantir o seu futuro, o mesmo não leva em conta as desigualdades geográficas territoriais, socioeconômicas, políticas, que permeiam as diferentes regiões terrestres e as dificuldades encontradas para sua plena aplicação. O indivíduo deve ter *um envolvimento sustentado* com o seu local e com as questões ambientais que ali se inserem, para que se possa aplicar integralmente um outro conceito, pertence à *Agenda 21*, ou seja, *Agir localmente, mudar globalmente ou Agir globalmente, mudar localmente*.

Concluindo, para que possa existir *uma consciência ecológica*, por parte do indivíduo, torna-se imperioso que, primeiramente, haja um processo de *sensibilização* com relação às questões ambientais, passando por um processo de *reflexão* sobre o assunto, para que, então, ele possa introjetar essas questões conscientemente, podendo então vir a ser um formador de opinião, argumentação e idéias.

REFERÊNCIAS

- ARENT, Hannah. **A condição humana**. São Paulo: Scipione, 1994.
- BOFF, Leonardo. **Ecologia**. Mundialização. Espiritualização. 2 ed. Rio de Janeiro: Ática, 1996.
- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1982.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1990.
- GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução de Suely Rolnik. 4 ed. Campinas, SP: Papirus, 1993.
- LEIS, Héctor Ricardo. **O labirinto**: ensaios sobre ambientalismo e globalização. Co-edição. São Paulo / Blumenau: Gaia e Universidade Regional de Blumenau, 1996.
- MAIMON, Dália. **Passaporte verde – gestão ambiental e competitividade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.
- MARBURG, Sandra. **Gerenciamento ecológico – eco management**. São Paulo: Cultrix, 1993.
- REVISTA FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO. Rio de Janeiro: Fundação Monetária Internacional e Banco Mundial, 1996. V. 16, n. 4.
- REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS. Florianópolis: UFSC, 1996. V. 14.
- UNGER, Nancy Mangabeira. **O encantamento do humano**: ecologia e espiritualidade. São Paulo: Loyola, 1991.
- Gravações de Vídeo. **A espiritualidade numa economia de mutação**. Debate do Programa de Rede de Televisão do MEC.